

ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE NAS ENTIDADES SUPERVISIONADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (Previc)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O examinando receberá do fiscal o seguinte material:

a) este Caderno, com os enunciados das 25 (vinte e cinco) questões objetivas e das 2 (duas) questões dissertativas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

QUESTÕES OBJETIVAS		QUESTÕES DISSERTATIVAS	
Questões	Pontos por questão	Questões	Pontos por questão
1 a 25	2,0 cada	26 e 27	25,0 cada
Total: 50,0 pontos		Total: 50,0 pontos	
TOTAL: 100,0 pontos			

b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento das questões dissertativas, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

Obs.: O material desenvolvido nas folhas de rascunhos não será levado em consideração para a correção das provas.

02 - O examinando deve verificar se este material contém todas as folhas, se está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o examinando deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O examinando deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao examinando, já estiver danificado.

06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o examinando deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

07 - As questões objetivas e as questões dissertativas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), só uma respondendo adequadamente ao quesito proposto. O examinando só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Exame de Qualificação Técnica o examinando que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro examinando;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas, durante a realização das mesmas, levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de provas somente após **2 (duas) horas** do seu início, sendo também liberada a entrega do **CADERNO DE QUESTÕES** no momento de sua saída.

10 - O examinando deve reservar os **30 (trinta) minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O examinando deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR** a **LISTA DE PRESENÇA**.

12 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESSAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISSERTATIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.

13 - As questões e os gabaritos das provas objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil seguinte ao da realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

QUESTÕES OBJETIVAS

1

O custeio dos planos de benefícios será de responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive os assistidos.

Assim sendo, de acordo com a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001,

- (A) a contribuição do patrocinador poderá, excepcionalmente, ser maior do que a dos participantes, para evitar um desequilíbrio atuarial.
- (B) a contribuição do patrocinador, em nenhuma hipótese, deixará de ser paritária com a dos participantes.
- (C) o patrocinador poderá assumir encargos adicionais, exceto os pecuniários, com relação ao financiamento dos benefícios.
- (D) o patrocinador poderá fazer aportes facultativos ao plano, desde que não ultrapassem igual valor de contribuição dos participantes.
- (E) os participantes custearão as despesas administrativas da entidade de previdência, por serem eles os beneficiários.

2

Considere a afirmativa a seguir:

Trata-se de operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

Essa assertiva diz respeito a uma

- (A) transformação societária
- (B) fusão societária
- (C) cisão parcial societária
- (D) cisão total e/ou parcial societária
- (E) incorporação societária

3

É de interesse público e é exigido que contadores que prestam serviços (contadores externos) sejam independentes ao realizarem trabalhos de auditoria e revisão. Na realização de trabalhos de auditoria, é necessário que as firmas cumpram com os princípios fundamentais e sejam independentes.

A independência, conforme exigido por norma de Contabilidade brasileira, deve ser mantida durante a(o)

- (A) coleta de dados para a auditoria e o desenvolvimento subsequente desta.
- (B) análise das entidades relacionadas sobre as quais a empresa auditada tem algum controle.
- (C) etapa de revisão dos procedimentos adotados e de análise dos objetivos escolhidos pelo auditor.
- (D) período de confecção dos relatórios da auditoria e de elaboração de salvaguardas.
- (E) período de contratação e aquele coberto pelas demonstrações contábeis.

4

Com relação aos planos de benefícios, sabe-se que atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Se o plano de benefícios seguir essas premissas, a entidade de previdência fechada poderá estabelecer a aplicação de percentuais distintos para homens e mulheres, fixando valor de benefício inferior para a mulher, considerando seu menor tempo de contribuição?

- (A) Sim, para atender à necessidade de assegurar equilíbrio atuarial ao plano, a entidade poderá fixar percentuais distintos para homens e mulheres, com benefícios de valor inferior para mulheres, já que elas contribuem por menor tempo.
- (B) Sim, a entidade não apenas poderá como deverá fixar, para as mulheres, benefícios de valor inferior ao fixado para os homens, levando em consideração a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (C) Não, em decorrência do princípio da isonomia, que é cláusula constitucional pétrea, a entidade não poderá fixar percentuais distintos para homens e mulheres, com benefícios de valor inferior para mulheres.
- (D) Não, uma vez que a estratégia de fixar percentuais distintos para homens e mulheres afastaria as mulheres de contribuírem para o plano, retirando a solvência da entidade.
- (E) Não, pois quando as mulheres contribuem para o plano com o mesmo valor de contribuição dos homens e pelo mesmo prazo, a entidade não poderá fixar percentuais distintos.

5

Revisão pelos pares é o exame realizado por auditor independente nos trabalhos de auditoria e executado por outro auditor independente.

Para realizar essa análise, o auditor deve

- (A) definir a abrangência, as etapas e os prazos a serem cumpridos pelos auditores revisores, bem como o procedimento operacional padrão de *due diligence* a ser executado.
- (B) verificar se os procedimentos e as técnicas de auditoria utilizados para a execução dos trabalhos nas empresas clientes estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais emitidas pelo CFC.
- (C) constatar se o sistema de controle de qualidade desenvolvido e adotado pelo auditor está adequado e em conformidade com o previsto pela Comissão de Valores Mobiliários.
- (D) elaborar um relatório técnico a ser apresentado ao CRE, dispendo sobre a conformidade, ou não, do sistema de controle de qualidade existente nos trabalhos desenvolvidos pela empresa auditada.
- (E) sugerir alterações para a correção de fragilidades apresentadas nas recomendações emitidas pelo revisado ao término de seu trabalho.

6

O auditor independente, contratado por Entidade Fechada de Previdência Complementar, deverá produzir relatórios, entre os quais o de propósito específico. Nesse relatório, deve ser avaliada a adequação dos controles internos aos riscos suportados, bem como a governança da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Para tanto, o auditor deverá abranger em seu relatório os seguintes aspectos da entidade contratante:

- (A) finanças e política social.
- (B) avaliação e decisão de investimentos.
- (C) patrimônio líquido.
- (D) patrimônio imobilizado.
- (E) impostos a pagar e a contestar.

7

Considere a definição a seguir:

É o tempo decorrido entre o aporte de recursos no plano de benefícios mantido por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e o pagamento relativo ao resgate ou ao benefício.

O tempo descrito no trecho acima refere-se ao prazo de

- (A) maturação
- (B) carência
- (C) portabilidade
- (D) creditamento
- (E) acumulação

8

Considere a seguinte definição:

Trata-se de posicionamento que permite a apresentação de conclusão que não sofra efeitos de influências que comprometam o julgamento profissional, permitindo que a pessoa atue com integridade, objetividade e ceticismo profissional.

Tal definição contempla a(o)

- (A) independência de pensamento
- (B) aparência de independência
- (C) responsabilidade profissional
- (D) integridade profissional
- (E) livre convencimento

9

Um auditor contratou uma especialista em outra área de conhecimento, que não Contabilidade ou Auditoria.

Na avaliação da adequação do trabalho da especialista, o auditor deverá analisar a(s):

- (A) relevância e a razoabilidade das conclusões alcançadas pela especialista.
- (B) metodologia empregada pela especialista, *vis a vis* com os parâmetros da Ciência Contábil.
- (C) utilização de códigos-fonte para o desenvolvimento do trabalho de apoio ao auditor.
- (D) responsabilidade e os custos decorrentes da prática profissional da especialista.
- (E) premissas doutrinárias adotadas pela especialista para elaborar suas avaliações.

10

A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, em obediência aos preceitos da legislação comercial e aos princípios de Contabilidade geralmente aceitos, devendo ser observados os métodos ou os critérios contábeis uniformes no tempo e registradas as mutações patrimoniais, segundo o regime de competência. As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas à auditoria por auditores independentes nela registrados.

Esses auditores independentes deverão ser

- (A) concursados
- (B) escolhidos pela diretoria
- (C) escolhidos pelo Conselho de Administração
- (D) escolhidos pelo acionista controlador
- (E) eleitos pelos empregados da firma

11

O especialista do auditor é uma pessoa ou organização com especialização em área que não contabilidade ou auditoria, contratado pelo auditor, cujo trabalho nessa área é utilizado pelo auditor para ajudá-lo a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. Um exemplo bastante comum no Brasil é a utilização de atuário pela administração de uma seguradora ou de um fundo de pensão para estimar certas provisões.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.230, de 2009, aprova a NBC TA 620: Utilização do Trabalho de Especialistas.

Na avaliação da adequação do trabalho do atuário, em relação às suas constatações e conclusões, o auditor promove procedimentos específicos, de acordo com NBC TA 620, de 2009, que incluem:

- (A) indagações ao atuário, procedimentos de corroboração e discussão do relatório do atuário com a administração.
- (B) discussão com outro auditor independente, quando as constatações ou conclusões do atuário não são consistentes com outras evidências de auditoria.
- (C) discussão com outro especialista, que não precisa ser um especialista em ciências atuariais, quando as constatações ou conclusões do atuário não são consistentes com outras evidências de auditoria.
- (D) revisão dos papéis de trabalho do auditor, juntamente com os relatórios para confrontar com as conclusões do atuário.
- (E) revisão dos papéis de trabalho de outros auditores não pertencentes a mesma firma, para confrontar com as conclusões do atuário.



12

Um auditor de um fundo de pensão, ao verificar a conformidade da política de investimentos da entidade em relação à nova Resolução CMN 4.994, de 24 de março de 2022, observa alguns itens relevantes das políticas de investimentos dos planos de benefícios pertencentes à entidade.

Nesse sentido, a política de investimento de cada plano de benefício de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) deve

- (A) ser elaborada pelo conselho fiscal e aprovada pela diretoria executiva da EFPC, durante o exercício a que se referir, por plano de benefício.
- (B) conter justificativa para negociação de ativos financeiros de renda fixa nas operações de compra ou de venda realizadas fora do valor de mercado.
- (C) observar a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na elaboração, na revisão e nas informações constantes na política.
- (D) adotar, preferencialmente, uma política generalista para os diversos perfis de investimento de cada plano de benefício.
- (E) fazer constar informações acerca de operações realizadas com ativos financeiros ligados à patrocinadora e demais empresas ligadas ao seu grupo econômico.

13

As entidades fechadas de previdência complementar, para obterem a identificação e o cadastramento dos planos de benefícios no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, assim como para a operacionalização da independência patrimonial de cada plano de benefícios de caráter previdenciário por elas administrado, devem observar que:

- (A) a solidariedade entre patrocinadores ou entre instituidores com relação aos respectivos planos de benefícios é admissível, desde que expressamente prevista no convênio de adesão.
- (B) a solidariedade entre patrocinadores ou entre instituidores com relação aos respectivos planos de benefícios não é admissível, mesmo que expressamente prevista no convênio de adesão.
- (C) os recursos de um plano de benefícios podem responder por obrigações de outro plano de benefícios ou por obrigações da entidade que o administra.
- (D) cada plano de benefícios terá identidade própria e individualizada quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais e administrativos, porém não precisa manter independência patrimonial em relação aos demais planos administrados pela EFPC.
- (E) cada plano de benefícios terá identidade própria e individualizada quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, administrativos, contábeis e de investimentos, porém não precisa manter independência patrimonial em relação à entidade que o administra.

14

Em relação à auditoria independente de um fundo de pensão, considerando-se as normas específicas da Previc, tem-se regulamentada a substituição periódica do auditor independente por meio da Resolução CNPC nº 44, de 2021.

Dessa forma, de acordo com essa Resolução, as entidades de auditoria devem

- (A) considerar que o retorno do responsável técnico, do diretor, do gerente e de qualquer outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, somente poderá ocorrer após decorridos cinco exercícios sociais contados a partir da data de sua substituição.
- (B) considerar que a contagem de prazo para a substituição do responsável técnico, do diretor, do gerente e de qualquer outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria independente inicia-se a partir da penúltima substituição.
- (C) considerar que a contagem de prazo para a substituição do responsável técnico, do diretor, do gerente e de qualquer outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria independente não é necessário ser feita.
- (D) promover, em no máximo seis exercícios sociais consecutivos, a substituição do responsável técnico, do diretor, do gerente e de qualquer outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria independente.
- (E) promover, em no máximo cinco exercícios sociais consecutivos, a substituição do responsável técnico, do diretor, do gerente e de qualquer outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria independente.

15

Em relação ao Comitê de Auditoria da entidade fechada de previdência complementar, constituem-se suas atribuições mínimas, **EXCETO**

- (A) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho Deliberativo.
- (B) revisar as demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas.
- (C) emitir relatório circunstanciado sobre as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria e a adequação dos controles internos aos riscos suportados pelas entidades, bem como recomendações destinadas a sanar essas deficiências.
- (D) reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho Deliberativo da entidade, por solicitação deles ou por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.
- (E) avaliar a aceitação, pela administração da entidade, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos ou as justificativas para a sua não aceitação.

16

Os planos de benefícios de caráter previdenciário administrados por entidade fechada de previdência complementar deverão ser objeto de inscrição específica no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme regulamentação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Sobre o CNPJ por plano de benefício, verifica-se que na implementação da inscrição no CNPJ

- (A) é conferida personalidade jurídica própria aos planos de benefícios.
- (B) é vedada a reprecificação dos ativos e passivos do plano de benefício.
- (C) é desnecessário a entidade respeitar a segregação de ativos dos planos de benefícios.
- (D) é permitida a alteração do resultado individual do plano ou do consolidado da entidade.
- (E) é permitida a mudança nos critérios de precificação da entidade.

17

No relatório de revisão pelos pares, devem-se incluir os seguintes elementos: escopo da revisão e eventuais limitações; emissão de carta de recomendações; descrição das limitações sobre a plena efetividade de qualquer sistema de controle de qualidade, dentre outros.

Em relação aos tipos de relatório a serem emitidos pelo Revisor, considere as afirmativas abaixo.

- I - O relatório de revisão de sistema de qualidade adequado será emitido quando forem impostas condições que limitem o trabalho a ponto de o Revisor não ter condições de concluir sobre a revisão e/ou sobre a capacidade de o Revisado reportar de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e os padrões profissionais, em todos os aspectos relevantes.
- II - O relatório de revisão de sistema de qualidade inadequado será emitido quando o revisor concluir que o sistema de controle de qualidade do Revisado não é adequadamente projetado para fornecer à empresa uma garantia razoável de desempenho e relatórios de acordo com os padrões profissionais em todos os aspectos relevantes.
- III - O relatório de revisão de sistema de qualidade com deficiências será emitido quando o revisor concluir que há ausência de um ou de alguns quesitos nos manuais de qualidade da firma de auditoria que descrevam as políticas e procedimentos a serem adotados pelos membros da equipe de auditoria no planejamento, execução e conclusão dos trabalhos de auditoria, conforme requerido pelas normas de auditoria.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

18

No registro e nos procedimentos contábeis específicos das entidades fechadas de previdência complementar, a entidade **NÃO** deve

- (A) adotar, em seus processos, métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, e as modificações relevantes devem ser evidenciadas em notas explicativas às demonstrações contábeis, com a quantificação dos respectivos efeitos.
- (B) registrar os lançamentos contábeis com base no princípio da competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas no mês correspondente.
- (C) registrar os lançamentos contábeis relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e contribuição variável com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios, devendo tal procedimento ser mencionado em notas explicativas às demonstrações contábeis.
- (D) efetuar lançamentos contábeis com base em documentos idôneos, de forma clara, com identificação do fato contábil, devendo conter em seu histórico os detalhamentos necessários das características do documento que o originou, evitando-se a utilização de informações exclusivamente internas.
- (E) providenciar, semestralmente, o balanço patrimonial por plano de benefício previdencial comparativo com o exercício anterior, tendo em vista que o balanço consolidado não presta informação ao principal usuário da informação que é o participante do plano previdencial.

19

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar não requerem a adoção plena das Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Em relação à sua regulação e supervisão, as entidades fechadas de previdência complementar são reguladas pelo

- (A) Conselho Monetário Nacional e supervisionadas pelo Banco Central.
- (B) Conselho Monetário Nacional e supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- (C) Conselho Nacional de Previdência Complementar e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.
- (D) Conselho Nacional de Previdência Complementar e supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados.
- (E) Conselho Nacional de Previdência Complementar e supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

20

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), considerando seu perfil de risco, porte e complexidade, devem implementar e manter política de prevenção à lavagem de dinheiro, formulada com base em princípios e diretrizes que busquem prevenir a sua utilização para as práticas de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Nesse contexto, as EFPC devem

- (A) dispensar especial atenção às ocorrências de negociação, com pagamento em espécie, a uma mesma pessoa física ou jurídica, cujo valor seja superior a R\$ 50.000,00.
- (B) dispensar especial atenção às ocorrências de contribuição ao plano de benefícios, pelo participante ou assistido, cujo valor se afigure objetivamente incompatível com a sua ocupação profissional ou com seus rendimentos, considerado isoladamente ou em conjunto com outras contribuições do mesmo participante ou assistido.
- (C) dispensar especial atenção às ocorrências de aporte ao plano de benefícios efetuado por terceiro que não a patrocinadora, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000,00.
- (D) realizar as comunicações ao COAF, quando o resultado da análise da operação ou da situação indicar suspeita de lavagem de dinheiro, sempre dando ciência aos envolvidos ou a terceiros como procuradores.
- (E) comunicar ao COAF, no prazo de quarenta e oito horas, a contar da verificação de sua ocorrência, todas as operações realizadas com um mesmo participante ou assistido que sejam iguais ou superiores a R\$ 60.000,00.

21

De acordo com o Guia Previc Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria, o registro contábil de provisões deve ter como base os relatórios elaborados pela área ou profissional responsável pelo acompanhamento e controle dos processos judiciais da entidade fechada de previdência complementar.

Nesses relatórios, deverão constar todas as ações judiciais da entidade, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

- (A) avaliação da probabilidade de perda ou de êxito das ações judiciais e a estimativa do valor de desembolso.
- (B) avaliação dos ativos financeiros da entidade a valor justo e identificação dos valores dos depósitos judiciais.
- (C) identificação das partes nas ações judiciais e avaliação das ações judiciais pelo comitê de auditoria, quando existente.
- (D) identificação das partes nas ações judiciais e avaliação das ações judiciais pelo conselho fiscal.
- (E) descrição da natureza da ação e avaliação das ações judiciais pelo comitê de auditoria, quando existente.

22

Em um contrato para prestação de serviços para um fundo de pensão, considerado uma entidade de interesse público, um gerente da firma de auditoria percebe que a prestação de serviços de auditoria ao fundo, por dois anos consecutivos, gerou um total de honorários devidos que representam mais de 15% do total de honorários recebidos pela firma de auditoria.

A firma, para aplicar salvaguardas e reduzir as ameaças à independência a um nível aceitável, deve

- (A) evitar divulgar o fato de que o total dos honorários representa mais de 15% do total de honorários, recebidos pela firma, para os responsáveis pela governança do fundo de pensão.
- (B) aplicar procedimento no qual, antes da emissão da opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis do segundo exercício, um profissional da contabilidade, que não seja membro da firma de auditoria, realize a revisão do controle de qualidade do trabalho.
- (C) cancelar o contrato de prestação de serviços da firma de auditoria com o fundo de pensão, pois assim estaria mitigando ameaça à independência do auditor.
- (D) alterar cláusula contratual entre a firma de auditoria e o fundo de pensão para diminuir o valor dos honorários, de modo que estes não representem mais de 15% do total recebido pela firma.
- (E) pedir para os responsáveis pela governança do fundo de pensão separarem os honorários em parcelas, para pagamento em exercícios futuros.

23

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem por finalidade registrar as atividades referentes à administração da entidade fechada de previdência complementar. O regulamento do PGA deve conter todos os requisitos necessários para a operacionalização da gestão da entidade.

O regulamento do PGA da entidade deve ser aprovado pelo(a)

- (A) Comitê de Auditoria
- (B) Conselho Consultivo
- (C) Conselho Fiscal
- (D) Conselho Deliberativo
- (E) Diretoria Executiva

RASCUNHO

24

Um contador assinou um trabalho realizado por seu primo, que ainda não havia finalizado o curso de graduação em Ciências Contábeis mas que foi aprovado no exame de suficiência do CFC.

Segundo a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, essa situação

- (A) é vedada por facilitar o exercício da profissão ao primo não habilitado.
- (B) é vedada por gerar interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de trabalho do primo.
- (C) é permitida, desde que o contador utilize o seu próprio número de registro, nome e a sua categoria profissional.
- (D) é permitida, pois se enquadra como solidariedade com os movimentos de defesa da dignidade profissional e à atuação do primo.
- (E) depende do julgamento do juiz, que tomará a decisão de identificar o impedimento do primo do contador.

25

Sr. Y tem a responsabilidade de coordenar a auditoria das operações financeiras do banco. Isso inclui a avaliação de instrumentos financeiros mantidos na carteira de negociação do banco e derivativos que foram avaliados, usando modelos complexos de precificação. Sr. Y sempre considerou os derivativos uma área desafiadora e, por isso, contratou um especialista em avaliação de derivativos para auxiliar na obtenção de evidência apropriada e suficiente.

Nessa situação, de acordo com a NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador, Sr. Y

- (A) agiu corretamente transferindo a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.
- (B) deveria ter recusado sua indicação como coordenador da equipe.
- (C) tentou iludir a boa-fé de cliente ao elaborar evidências inidôneas advindas de terceiros.
- (D) apropriou-se, indevidamente, do relatório de terceiro, confiado a sua guarda.
- (E) assumiu serviços complexos de avaliação dos instrumentos financeiros, com prejuízo moral à sua pessoa.

RASCUNHO

RASCUNHO



QUESTÕES DISSERTATIVAS

Questão nº 26

CNPC INCLUI PROPOSTA DA ABRAPP E DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE EQUACIONAMENTO DE DÉFICITS NA PAUTA DE SUA PRÓXIMA REUNIÃO.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) incluiu a proposta de congelamento do equacionamento de déficits em 2022 (referentes ao fechamento do ano anterior) na pauta de sua próxima reunião marcada para o dia 29 de junho. Juntamente com um completo e minucioso estudo técnico, a proposta foi elaborada pela Abrapp com o apoio dos representantes da sociedade civil.

SAMMOGINI, Alexandre. **Abrapp em Foco**, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://www.abrapp.org.br>. Adaptado.

Como auditor de um fundo de pensão que vem apresentando, em suas demonstrações contábeis, déficit acumulado nos últimos anos, e com foco nas regras emanadas pela Resolução CNPC 30, de 2018, elabore um texto, de 15 a 30 linhas, de forma fundamentada, apresentando o que deve conter um plano de equacionamento de déficit, especificando as seguintes condições:

- Explicação do cálculo do Limite do Déficit Técnico Acumulado e aplicação;
- Prazo de elaboração e de aprovação do plano de equacionamento;
- Resultado apurado;
- Critério de utilização do valor de ajuste de precificação no plano de equacionamento.

(Valor: 25,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação da questão nº 26)

RASCUNHO



(Continuação da questão nº 27)

RASCUNHO